razão e justiça faz-lhe votar p.ª excluir qualquer
prejuizo procedente da nova Lei sobre a mate-
ria, e por certo que o direito adquirido não
deixará de lhe ser attendido e respeitado. Pois
igualm.te me cabe hoje a honrosa missão de im-
pugnar pelo direito adquirido da Fazenda Publ.ª
representativa de todos os contribuintes da Nação,
p.ª não ser onerada com maior encargo, á conta
da aposentação do Supp.te do que aquelle que lhe fi-
cou competindo pelo acto da aposentação perfei-
to antes da nova Lei; e entendo que este direito
adquirido pelos contribuintes não pode tam-
bem deixar de ser attendido e respeitado pelo Go-
verno de V. Mag.de

Por todas estas razões entendo
pois que o Gov.o de V. Mag.de fará um acto de
boa justiça, indeferindo a pertenção do Supp.te

É este o meu juizo; V. Mag.de porem de-
liberará o mais justo. = R.y de 23 de 10br.o 1854 = Ayres Gouveia

Conferido
O Oficial Maior Machado.

Jan.ro

N.º 4712

Em cumprim.to de P.ª 7 de
Julho de 1854 ouvida o De-
legado em Alenquer

2.º Ilm.o = Tendo em vista as Portas Regias, expedidas a esta Rep.ta
pela Secr.ª d'Estado dos N.gos da J.ª em datas de 18 de Fev.ro 10 de
Março, 25 d'Abril e 7 de Julho do anno p. p. sobre os di-
versos factos argui-dos ao D.or P. R. na Com.ca de Alenquer Jo-
aquim Pd.º d'Az.º cabe-me a honra de ponderar a V.
Ex.ª, mostrando-se pelos papeis q acompanharam as duas
ditas Portas supra referidas, estar pend.te no Juiz de 1.ª Inst.ª da dita

Em uma causa civil de justificação em q. Emanuel
de J. Oliv.ra e Carmo se propoz a justificar a existencia
de varios factos indecorosos e puniveis praticados pelo
actual Juiz D. no exercicio das suas funcções, justi-
ficação q. se tornou contenciosa pela contestação
de justificado tendo-se ja inquirido as test.as por
este produzidas n.a sua Freg.a residentes em Lx.a Lintra,
e faltando ainda a inquirir as de Alenquer, q. sam
as mais import.es, p.r ser ali q. se dizem commetti-
das as asseveradas malversações, constando porem q.
p.r o inquerito Actas ja se havia assignado o dia 13
de Março d. anno p.o pelo q. é de suppor q. esse acto
fosse concluido, e ahi q. a causa tenha sido a final
julgada, visto o longo tempo q. desde então tem decor-
rido, parece-me de q. de consen.cia se deve formar
um juizo mais seguro e perfeito de tão graves
recriminações, mandar novam.te informar o P.R
da Rel.ão de Lx.a sobre o estado da dita Justificação, de-
vendo remetter com a sua informação, no caso daquella
ja estar definitivam.te julgada, uma certid.ão das actas
justificativas — do depoimento das test.as de justifi-
cante, bem como das de justificado residentes em
Alenquer — e da Sent.a final. E como no off.o confid.
documentado de 9.r Corr.al de Lx.a, bazeado na communi-
cação tambem confid.al do Adm.or do Bair.o d'Alenquer

1855 datada de 22 de Jan.º do anno, q. correspondencia q. acompanhou a terceira das citadas Portarias expedidas a esta Repartição de fazem novas e gravissimas arguições ao m.mo D. e se exemplificam algumas das antigas, vaga e indeterminadam.te concebidas, assim como se ratificam alguns factos menos exactam.te apontados, julgo tambem necessario e indispensavel remetter-se ao m.mo Pr. Regio um extracto das 12 increpações q. naquella correspondencia confidencial se fazem ao D. de q. se trata, p.a q. informe novam.te a cerca de cada uma dellas, depois de ouvir tambem a seu respeito o Mag.do arguido. Digne-se por tanto V.M. mandar satisfazer a estas m.as indicações, se as julgar acertadas p.a depois em presença dos novos esclarecim.tos q. se obtiverem, e resposta do Aj.te do M.o Pr. q. se mande, eu poder emittir com firmeza e pleno conhecim.to de causa o meu parecer sobre tão grave assumpto, como V.M. Ordena. P. G. da Coroa 20 de Jan.ro 1855. O Ajud.e servindo de P. G. da Coroa

J. P. G.

N.º 4975

J.e

Em cumprim.to d'Port.a do M.o da J.e de 11 de Jan.o 1855 acerca da pretenção de J.e Jacinto Valente Farinho

7.mo Jan.

30 Ill.mo Ex.mo Sr. = Em cumprim.to das Portarias expedidas a esta Rep.ção pela Secrt.a d'Estado dos Neg.s da J.ca em 22 de Julho 1854 e 11 do corr.te mez e